

REFLEXOS DA HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

REFLECTIONS OF HOMOPHOBIA IN THE SCHOOL CONTEXT

Aparecida Maria da Silva Faria; Daniela Soares Rodrigues; Ana Cláudia Faria de Lima; Gilvan Silva Caldeiras; Pedro Vinicius Barreto Souza; Vania Gomes Cardoso; Vilma Maria Soares Rodrigues; Cláudia Ribeiro de Lima

RESUMO: As questões referentes à homofobia são consideradas significativas e de grande importância, principalmente ao se considerar que são recorrentes as agressões e até mesmo crimes cometidos contra a população LGBT (L:Lésbicas, G:Gays, B:Bissexuais, T:Transgênero, Q:Quer, A:Assexual, +:Identidade de gênero, cis-heteromartivo. Considera-se que a homofobia seja uma violência que não se contém em um espaço apenas, mas de forma alarmante ocupa os espaços sociais, bem como os locais nos quais a diversidade deveria ser respeitada e difundida como ocorre nas escolas. Diante dessa realidade que ainda se impõe na contemporaneidade, o presente estudo tem como temática a homofobia e visa responder à seguinte questão: como a homofobia se reflete no contexto escolar? A hipótese é de que a escola reproduz e permite reproduzir o discurso sexista da heteronormatividade e isso faz com que a homofobia ganhe espaço. O objetivo central do estudo foi analisar a literatura que discorre sobre a homofobia, visando compreender como esta afeta o contexto escolar. Não obstante, os objetivos específicos foram: analisar o conceito de homofobia; pontuar a educação enquanto direito de todos; compreender os reflexos da homofobia no contexto escolar. Por meio da pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, o estudo foi realizado, tendo como base as pesquisas encontradas em sites como o Google Acadêmico, Scielo, PubMed e Lilacs. Dentre os autores utilizados, cita-se os estudos de Santos (2016), Maia (2019), Louro (2014; 2019), Lima (2015) e Costa (2018) que dentre outros, tratam da diversidade sexual, homofobia e seus reflexos no contexto escolar.

Palavras-chave: Escola. Homossexualidade. Homofobia. Reflexos.

ABSTRACT

Issues related to homophobia are considered significant and of great importance, especially when considering that aggression and even crimes committed against the LGBT population are recurrent. Homophobia is a violence that is not contained in a single space, but alarmingly occupies social spaces, as well as places where diversity should be respected and disseminated as it occurs in schools. Faced with this reality that is still imposed in contemporary times, the present study has homophobia as its theme and aims to answer the following question: how is homophobia reflected in the school context? The hypothesis is that the school reproduces and allows the reproduction of the sexist discourse of heteronormativity, and this makes homophobia gain space. The main objective of the study was to analyze the literature that talks about homophobia, aiming to understand how it affects the school

context. Nevertheless, the specific objectives were to analyze the concept of homophobia; punctuate education as a right for all; understand the reflexes of homophobia in the school context. Through bibliographic research, of a qualitative nature, the study was carried out, based on the research found on sites such as Google Scholar, Scielo, PubMed and Lilacs. Among the authors used, there are studies by Santos (2016), Maia (2019), Louro (2014; 2019), Lima (2015) and Costa (2018) which, among others, deal with sexual diversity, homophobia and its consequences. in the school context.

Keywords: School. Homosexuality. Homophobia. Reflexes.

INTRODUÇÃO

As questões referentes à homofobia são consideradas significativas e de grande importância, principalmente ao se considerar que são recorrentes as agressões e até mesmo crimes cometidos contra a população LGBT. O Brasil configura entre as nações em as agressões e violências contra os homossexuais marcam a intolerância contra a diversidade sexual (Maia, 2019).

Considera-se que a homofobia seja uma violência que não se contém em um espaço apenas, mas de forma alarmante ocupa os espaços sociais, bem como os locais nos quais a diversidade deveria ser respeitada e difundida como ocorre nas escolas. Compreende-se que a escola, a qual deveria ser espaço privilegiado para a desconstrução do discurso preconceituoso, acaba por reproduzir o discurso da normatização e isso se reflete nos problemas originados da homofobia (Lima, 2015)

Diante dessa realidade que ainda se impõe na contemporaneidade, o presente estudo tem como temática a homofobia e visa responder à seguinte questão: como a homofobia se reflete no contexto escolar? A hipótese é de que a escola reproduz e permite reproduzir o discurso sexista da heteronormatividade e isso faz com que a homofobia ganhe espaço.

O objetivo central do estudo foi analisar a literatura que discorre sobre a homofobia, visando compreender como esta afeta o contexto escolar. Não obstante, os objetivos específicos foram: analisar o conceito de homofobia; pontuar a educação enquanto direito de todos; compreender os reflexos da homofobia no contexto escolar.

Por meio da pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, o estudo foi realizado, tendo como base as pesquisas encontradas em sites como o Google Acadêmico, Scielo, PubMed e Lilacs. Dentre os autores utilizados, cita-se os estudos de Santos (2016), Maia (2019), Louro (2014;

2019), Lima (2015) e Costa (2018) que dentre outros, tratam da diversidade sexual, homofobia e seus reflexos no contexto escolar.

Conceito de homofobia

Conforme apresentado por Maia (2019) para compreender algumas dimensões da homofobia, torna-se essencial compreender o significado que essa palavra carrega, assim como é vivenciada nos espaços públicos, principalmente no interior das instituições escolares.

Em um tempo determinado, marcado cronologicamente para referenciar a homofobia e isso ocorre, principalmente, porque se trata de um conceito contemporâneo. Segundo Santos (2016, p. 7) “[...] é possível descrever algumas diferenças de comportamento em relação a homofobia em determinados períodos da história ocidental em comparação com os dias atuais.”

Sob o viés etimológico, homofobia vem homo (igual) e phobia (medo), isso significa medo daquele que é igual. Ressalta-se que a homofobia e seu impacto na vida cotidiana dos sujeitos passou a ser investigada a partir da década de 1970, com os estudos do psicólogo norte-americano George Weinberg. A palavra

“homofobia” foi empregada para comprovar a repulsa ao homossexual sem que houvesse motivo para isso, sendo expressão dos indivíduos que tratam de forma preconceituosa todos aqueles que se encontram fora da ideia de heteronormatividade (Santos, 2016; Borilo, 2010).

O conceito de homofobia se apresenta enquanto sentimentos, atitudes, discursos e ações cujo sentimento negativo se destina aos homossexuais. Não obstante, segundo Borilo (2010, p. 7):

[...] tem sido utilizado para fazer referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio ou medo) em relação às homossexualidades. No entanto, tendê-lo assim implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar seu enfrentamento somente a partir das medidas voltadas a minimizar os efeitos e sentimentos e atitudes de indivíduos ou grupos de indivíduos. (BORILO, 2010, p.7).

A homofobia é qualificada como uma das formas mais utilizadas para referir ao preconceito que se materializa no discurso e nas posturas que visam inferiorizar e menosprezar o homossexual. Assim como ocorre no antissemitismo, no racismo, é considerado um meio perverso de imposição das ideologias que não aceitam a diversidade sexual. De

acordo com Maia (2019), não é recomendável reduzir a homofobia apenas ao enfoque psicológico, pois é um problema de grande abrangência social, política, jurídica e institucional e que para ser enfrentada, precisa integrar todos os contextos da sociedade. Sobre essa questão, Santos (2016, p. 8) discorre:

É importante problematizar o termo além dos sentimentos e do enfoque individual e psicológico. Quando compreendemos o conceito de homofobia no enfoque psicológico e individual, corremos o risco do entendimento da homossexualidade está ligada a uma patologia. Desta forma, para uma compreensão mais ampla da homossexualidade e da homofobia, os termos devem ser discutidos para além do fenômeno da patologização.

Vale destacar que a homossexualidade, durante muito tempo, foi tratada como patologia. Assim, a partir de 1985 é que o Conselho Federal de Medicina e em 1999, o Conselho Federal de Psicologia deixaram de abordar a homossexualidade como se fosse algum distúrbio ou perversão. Anteriormente, em 1973, a Associação Americana de Psicologia já havia retirado a homossexualidade do Manual de Diagnósticos Estatísticos de Distúrbios Mentais, o que também ocorreu com a Organização Mundial de

Saúde (OMS) a qual retirou o termo do Código Internacional de Doenças (CID) (Costa; Nardi; 2015).

Para Maia (2019) os posicionamentos foram importantes para desassociar a homossexualidade da ideia de patologia. Para o autor, esse aspecto remete à época quando eram utilizados diversos “remédios” para a uma eventual cura para a homossexualidade. Desse modo, de acordo com Maia (2019, p. 370):

Assim, seriam indícios (ou sintomas) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais. A homofobia aparece aí como um produto de uma patologia.

Numa dimensão contemporânea a homofobia é utilizada para marcar a diferença entre homossexuais e heterossexuais, não de forma individual, mas enquanto fenômeno psicológico e social, o qual desconhece a igualdade de direitos.

Em um contexto histórico, a homossexualidade existe desde a Antiguidade. Tanto para os gregos, quanto os romanos, a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo fazia

parte da sociedade e tinha uma dimensão fortemente social. Para a sociedade romana, o homem adulto deveria iniciar o jovem na sexualidade e isso era considerado como uma prática institucionalizada, sendo parte da educação dos jovens, para que pudessem desenvolver a masculinidade. Os gregos criam ser um privilégio que os homens mais velhos escolhessem os mais jovens para direcionar, assim também seria considerado natural que houvesse relacionamento sexual entre eles. No entanto, sendo sociedades altamente machistas, as mulheres não poderiam ter qualquer tipo de relacionamento com outras, pois poderiam ser duramente castigadas (Borilo, 2010).

Mesmo com a tolerância ao relacionamento entre homens, na Roma antiga havia algumas normas que deveriam ser seguidas, conforme ressaltado por Borilo (2010, p. 46):

Não afastar o cidadão de seus deveres para com a sociedade; não utilizar pessoas de extrato inferior como objeto de prazer e por último, evitar absolutamente de assumir papel passivo nas relações com os subordinados, evidentemente o cidadão Romano deveria, sobretudo casar-se, torna-se pater famílias, assim como zelar pelos interesses não só econômico, mas também da linhagem.

Na Roma clássica, o homem bissexual era bem aceito na sociedade e quanto na grega, a exigência era a prova de virilidade, ou seja, o homem poderia se relacionar com outro homem, mas era exigido que também se relacionasse com mulheres, para que a linhagem pudesse ser garantida (Pamplona, 2012).

Segundo Pamplona (2012) em relação à homossexualidade, a diferença entre os gregos e romanos residia no modo como isso significava. Em Roma, a sexualidade seria resultado do poder de um sobre o outro. Devido a isso, somente os escravos poderiam se relacionar sexualmente com seus senhores. Na Grécia, a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, denominada pederastia, representava a prova da ligação espiritual entre o homem adulto e o jovem, sem a ideia de perversão, presente na sociedade romana.

Santos (2016) descreve que antes da era cristã, a homossexualidade era vista como algo normal, legitimado e tolerado pela sociedade como parte do cotidiano. Mediante a moral cristã é que a heterossexualidade passa a ser a única expressão sexual aceita como normal. Assim, compreende-se que o preconceito decorrente das correntes

morais, fomentaram a homofobia, pois além de ser vista como doença, a homossexualidade passou a ser julgada como algo pecaminoso.

Borilo (2010) descreve que o cristianismo exerceu forte influência desde o início de sua expansão e do mesmo modo, direcionou os costumes em Roma. Com o crescimento do cristianismo, somente se aceitava a relação heterossexual e monogâmica, as quais eram consideradas santificadas, enquanto as relações heterossexuais passaram a ser vistas como nocivas.

Destaca-se que tanto a intolerância, quanto o preconceito se impunham por meio da violência, pois as relações entre pessoas do mesmo sexo eram vistas como práticas demoníacas, principalmente a partir da interpretação dos textos bíblicos, das narrativas sobre os castigos a Sodoma e Gomorra. Além disso, outras passagens passaram a ser utilizadas como forma de justificar a condenação à homossexualidade. Nesse sentido, compreende-se que a moral cristã impôs a sexualidade enquanto meio legítimo de procriação, condenando a homossexualidade porque dela não haveria filhos (Faro, 2015).

No início da era cristã, a sociedade patriarcal era preservada,

pois dela dependia a vida da prole, do direito à herança e à linhagem. A moral cristã, da qual deriva todo o comportamento ocidental até a contemporaneidade, foi responsável por criar dogmas sociais para conter todo tipo de expressão sexual, mesmo na heteronormatividade. Nas fogueiras da Inquisição, não foram queimadas apenas mulheres, mas muitos homens cujo comportamento denotasse desejo ou amor por outro homem também foram condenados a morrer queimados (Miguel; Dalpizol; DE Marco, 2017).

De acordo com Borilo (2010), com o passar do tempo, o discurso foi se transformando, mas mesmo sendo amenizado, não deixou de ser homofóbico.

A hostilidade da Igreja é, atualmente, muito mais sutil: já não é a homossexualidade enquanto fenômeno individual que será objeto da condenação eclesiástica, mas, sobretudo o indiferencialismo subjacente ao liberalismo contemporâneo que pode, pela renúncia a problematizar a "diferença homossexual", vai situá-la em um nível semelhante ao heterossexual que torna insuportável para as autoridades teleológicas. A Igreja não enfrenta a discussão da homossexualidade enquanto um fenômeno coletivo e prefere o debate da individualidade. Desta maneira, não coloca a questão no nível de igualdade com a heterossexualidade, até porque, poderia desdobrar no reconhecimento de direitos e uma releitura de sua posição

dogmática de não aceitação da homossexualidade. (Borilo, 2010, p. 59- 60)

O padrão da heterossexualidade foi sendo imposto a partir de várias dimensões institucionais, sendo a religião apenas uma delas. Desse contexto emerge a inferiorização de outras identidades e quando alguma pessoa ultrapassa essas fronteiras, é fortemente reprimida, pois fere a norma preponderante. Sendo a heteronormatividade uma das normas reforçadas pela religião, esse mesmo padrão foi dimensionado em outros espaços, como ocorre na família. Nesse sentido, compreende-se que a homofobia ganhe espaço dentro do seio familiar, pois é daí que os demais discursos vão sendo reforçados (Moreira; Madrid, 2008).

Souza e Pereira (2013), discorreram que no Brasil, os olhares da sociedade para a homossexualidade foram se transformando com o passar dos anos, principalmente da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) que na década de 1980, fez com os homossexuais fossem apontados como causadores da doença, também denominada de câncer gay. No entanto, mesmo com a ampliação do discurso homofóbico, a AIDS deu

visibilidade às discussões sobre a homossexualidade, na tentativa de distanciar da ideia de doença ou distúrbio, se aproximando de uma outra visão mais próxima às questões de gênero e sexualidade (Souza; Pereira, 2013).

Direito à educação e cidadania

A Educação é um direito fundamental, sendo prevista na Constituição de 1988, bem como nas demais legislações que a regulamentam. Se a legislação enfatiza que todos são iguais perante a lei, entende-se que os princípios e normas precisam realmente garantir que alguns grupos ou minorias não sejam excluídos do processo educativo.

Exemplo de uma minoria que sofre com o preconceito e a discriminação são os homossexuais. Santos (2016) ressalta que existem diversos aspectos socioculturais e políticos que fazem com que o diálogo sobre as políticas públicas educacionais voltadas para o público LGBT. Segundo a autora, em 2015 os poucos planos municipais que traziam algo sobre o gênero, foram duramente recusados, tanto pelas questões políticas, quanto pela moral religiosa. Assim, entende-se que mesmo com alguns avanços significativos, a

pressão exercida pelos grupos ideológicos, fez com que houvesse um retrocesso nas políticas educacionais para as pessoas LGBT (Santos, 2016).

Salienta-se que a educação foi reconhecida como princípio fundamental a partir dos diversos documentos consignados em tratados e convenções internacionais, das quais o Brasil faz parte. Somente com um padrão de regulação é que se torna possível avançar, tanto em relação à sua universalidade, como direito de todos, como na qualidade (Saviani, 2016).

Por mais que a legislação disponha sobre os direitos, no exercício da cidadania isso não ocorre de forma igualitária. Para que isso seja possível, a sociedade passa a se organizar em busca de políticas públicas eficazes. Sobre esse aspecto, Cury (2002, p. 246), observa:

A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reservam apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. Por isso, declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem, ou esqueceram que eles continuam a ser portadores de um direito importante. Disso resulta a necessária cobrança deste direito quando ele não é respeitado.

Diante dessa visão, ressalta-se que os princípios da igualdade, bem como os da liberdade, precisam ser redimensionados, uma vez que todos são iguais perante a lei, mas isso não ocorre de fato. Igualdade e liberdade são direitos inalienáveis, pertencentes aos indivíduos e à coletividade. Nesse sentido, compreende-se que, se os direitos são universais, significa que todos, sem distinção podem gozá-los. No entanto, relação ao acesso e permanência dos homossexuais no contexto escolar, a realidade pode se mostrar bem diferente. Mesmo com uma política de inclusão, na qual se inserem as minorias, o preconceito é o maior fator que colabora com a exclusão desses sujeitos nas escolas (Moreno, 2019).

De acordo com Santos (2016), na historicidade da educação brasileira, há uma marca que se desenhou ao longo do tempo, principalmente com a valorização do estereótipo do colonizador branco, heterossexual, masculino, burguês. Assim, a homofobia foi legalizada em diversos contextos, sendo eles institucionais, religiosos, políticos e culturais. Mesmo sendo um local de pluralidade e diversidade, a escola, infelizmente, é uma das instâncias de preconceito e exclusão, sobretudo ao se considerar

que as práticas desenvolvidas nesse espaço também podem reafirmar, ainda que não diretamente, a homofobia (Santos, 2016).

O direito à educação se encontra em consonância com os direitos humanos, os quais primam pelo acesso de todos aos ambientes escolares. Indo além, não é somente ter as minorias dentro da escola, mas fazer com que sejam participantes do processo educativo (Silva, 2017).

O cotidiano escolar é marcado pelas dicotomias que pontuam os espaços plurais. Nesse ambiente, nem sempre os direitos individuais são respeitados e o preconceito é um dos problemas mais observados. Quando se trata dos direitos humanos, é possível destacar que, de forma universal, são constantemente desrespeitados e esse contexto se torna ainda mais frágil ao se tratar dos grupos marginalizados (Arantes, 2020).

Pensar na igualdade de direitos de forma homogênea e universal sem considerar a diferença e singularidade do ser humano no processo educacional pode ser um complicador na distribuição de direitos, pois, pode ocorrer a negação de ser diferente num modelo educacional homogêneo, desta forma negando a igualdade na diferença. Os movimentos sociais lutam para além de um espaço escolar inclusivo e democrático, busca a ampliação e construção de uma cultura do reconhecimento de direitos humanos da diversidade cultural,

étnica, racial, de orientação sexual, de gênero, opção religiosa, enfim, entender o sujeito nas suas especificidades (Santos, 2016, p. 17).

Diante do que se encontra disposto na legislação, os movimentos sociais passaram a discutir o fato de que os sujeitos de direito mudam de acordo com os interesses e isso significa que a consagração dos direitos ocorre de forma seletiva. Não obstante, sobre essa seletividade, Louro (2014, p. 56) discorre

[...] de um lado, temos o discurso hegemônico que remete à norma branca, masculina, heterossexual e cristã; de outro lado, discurso plurais, provenientes dos grupos sociais não hegemônicos que lutam para se fazer ouvir, rompendo o silenciamento a que historicamente submetidos.

Em relação à legislação brasileira, considera-se que por mais que apresente um rol de princípios garantidores dos direitos, a cultura homofóbica, preconceituosa e excludente, relativiza os direitos, tornando-os ineficazes. No contexto educativo, os movimentos LGBT lutaram por políticas públicas voltadas para a diversidade sexual, mas essas reivindicações esbarram na resistência histórica em romper com o pensamento tradicional e trazer para a

escola as discussões sobre gênero, identidade e sexualidade (Mott, 2017).

Dentre as legislações voltadas para a inclusão de homossexuais no âmbito educacional, é possível citar a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, a qual dispôs sobre os parâmetros para garantir o acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais, além das que possuam identidade de gênero não reconhecida nos diversos espaços sociais, nos sistemas e instituições de ensino (Brasil, 2015).

A escola contemporânea se depara também com os movimentos em prol da garantia dos direitos. As políticas afirmativas são as principais ferramentas para a desconstrução do discurso excludente, mas isso não significa que a homofobia não seja constante no espaço escolar.

A homofobia no contexto escolar

A homofobia é a forma utilizada para discriminar, inferiorizar, desprezar e causar constrangimento ao homossexual, utilizando para isso, as agressões, que podem ser físicas ou verbais. Carvalho (2017) ressalta que os estudantes LGBT são alvos constantes daquilo que denomina “pedagogia do insulto”, presente nas brincadeiras, nos apelidos, bem como

nas inúmeras piadas de mau gosto e nas ações mais agressivas, como destruição de objetos e até mesmo em provocações e agressões físicas.

No contexto escolar tornou-se comum a identificação dos estereótipos, sendo determinados desde o começo do ano e utilizados para a reforçar a heteronormatividade como regra a ser seguida. Os colegas, ao se dirigirem aos homossexuais, geralmente utilizam termos ofensivos, tais como “veadinho”, “gayzinho”, “bichona”, “sapatão” e outros que refletem a cultura sexista, além da homofobia e o preconceito (Carvalho, 2017).

O aluno LGBT recebe hostilizações constantes, mesmo que não tenha assumido sua identidade de gênero. São comuns relatos de estudantes menosprezados por professores por apresentarem comportamentos diferentes dos padrões esperados. O sofrimento e a violência impostos, resultados da discriminação são as formas de imposição dos espaços e normas hierarquizadas e a homofobia é uma representação do discurso da normalidade (Santos, 2016).

Dentro deste cenário a masculinidade se revela por meio da violência como forma de afirmação da virilidade. A escola

produz as identidades heterossexuais atingindo todos os educandos, perpetuando a dominação de quem manda sobre os dominados, criando um ambiente de tensão e violência, alimentando a homofobia o sexismo e a misoginia (Santos, 2016, p. 20).

Segundo os estudos de Pires e Midões (2016), um dos fundamentos da escola deveria ser a aceitação do outro. O espaço escolar não pode ser o lócus da rejeição, do discurso da normalidade e anormalidade. Em um estudo realizado em 2016, pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), observou que 60% dos jovens homossexuais ouvidos, declararam sentir-se inseguros no ambiente escolar (ABGLT, 2016).

Uma pesquisa realizada sobre o Ambiente Educacional com Adolescentes e Jovens LGBT no Brasil, datada também de 2016, revelou que 73% dos respondentes já haviam sofrido algum tipo de agressão verbal na escola, por serem homossexuais e 36% dos participantes afirmou terem sofrido algum tipo de agressão física na escola (ABGLT, 2016).

A exclusão não existe apenas na escola, fora é uma realidade muito constante. Mas o contexto escolar é o ambiente no qual a inclusão dos sujeitos pode ocorrer de forma

exemplar. Em relação ao acesso e permanência de homossexuais no ambiente escolar, tem-se o fracasso e a evasão escolar como consequência do bullying sofrido por esses indivíduos. Os estudos realizados por Oliveira (2020) revelaram que 43% dos jovens homossexuais do Ensino Médio abandonam os estudos antes da conclusão, devido ao sentimento de exclusão e não aceitação de sua sexualidade. Isso demonstra que o espaço escolar não tem sido inclusivo ou não consegue alcançar as expectativas desses indivíduos.

De acordo com Santos (2016), os estudantes LGBT normalmente escondem sua identidade de gênero a fim de serem incluídos nos grupos sociais e escaparem dos estereótipos instituídos no ambiente escola. A escola é vista enquanto lócus essencial para que a cidadania seja construída e dentre os mais diversos espaços públicos, é nela que as hierarquias de gênero podem ser rompidas. A forma como a sociedade trata a sexualidade, como se fosse um problema a ser escondido e não, combatido, faz com que os conflitos se tornem ainda maiores. No espaço escolar isso ainda é mais complicado porque não se considera que os professores esteja preparados para lidar com a homofobia

e as questões originadas da sexualidade (Carvalho, 2017; MOTT, 2017).

Sobre esse aspecto, Carvalho (2017, p. 51) manifesta que:

Esse conflito de não saber o que fazer diante da situação é interessante para pensarmos como a sexualidade é também problema para os/as adultos/as que não sabem lidar com ela. O não saber lidar e o susto não são atitudes isoladas e pessoais. Esse é um conflito presente no próprio discurso da sexualidade que circula e predomina na nossa sociedade pela vigilância que existe em torno do assunto. Assim, a dificuldade para lidar com a questão poderia ser repetida por qualquer outra pessoa, a fim de redimir da responsabilidade ou para evitar que isso aconteça novamente.

O despreparo profissional para lidar com as manifestações da sexualidade no contexto escolar é descrito como um dos grandes desafios a serem superados. A ineficiência docente em lidar com a diversidade, seja pela falta de formação continuada ou pelas crenças pessoais, faz com que a imposição da heteronormatividade seja contínua e ininterrupta (Louro, 2018).

A inclusão escolar é complexa, pois não consegue abarcar todos os aspectos da diversidade, não apenas a sexual, mas as diferenças econômicas, físicas, religiosas e tudo aquilo que foge da ideia de normatividade. Por outro

lado, tem-se as políticas educacionais, bem como os modelos pedagógicos que se instituíram sob a premissa de educar a partir de comportamentos iguais e não o contrário (Louro, 2018).

Diante dessa problemática, os professores esbarram nos desvios de padrão e não sabem lidar com isso e mesmo que a proposta da escola seja inclusiva, ela somente ocorre de forma parcial. Isso demonstra que as políticas de inclusão possibilitam o acesso à escola, mas isso não é suficiente, pois o ambiente escolar precisa de fato estar preparado com professores capacitados para acolher e lidar com as diferenças (Silva, 2017).

Destaca-se que mediante a forma como a escola promove a inclusão, os estudantes LGBT compreendem e exigem que as instituições realmente acolham esses alunos, sendo o primeiro passo é fazer com que seja local de respeito. Sobre esse aspecto, Seffner (2019, p. 132) reforça:

A primeira é abolir das piadas e das manifestações sexistas, tão comum entre professores e professoras, acerca dos alunos e das alunas “diferentes” dos padrões ditos “normais”. Não é possível educar num ambiente de falta de respeito, e a agressão – verbal e até mesmo física - tem sido uma arma de expulsão de indivíduos que não se enquadram na regra da heteronormatividade.

Louro (2018) reforça que a escola que inclui se constitui ao mesmo tempo em um espaço de exclusão. Em muitos casos, os excluídos são aqueles que mais precisam de um espaço acolhedor para se constituir enquanto sujeito e enfrentar as adversidades da vida. A escola é espaço plural de construção de aprendizagens, não apenas acadêmicas, mas aquelas que serão levadas para a vida toda. Quando a homofobia é aceita como algo normal, a escola deixa de exercer seu papel inclusivo, alimentando os estigmas e a discriminação. Isso se torna uma barreira difícil de ser transposta quando se trata da construção da cidadania.

Não é possível mensurar as dimensões que o impacto da homofobia na escola causa na vida dos jovens LGBT. No entanto, o abandono, as reprovações e a taxa de fracasso escolar demonstra um cenário difícil de ser superado. Santos (2016) reforça que o que mais dificulta as ações afirmativas de combate à homofobia está no fato de a cultura brasileira ser pautada nos padrões machistas que reage à homossexualidade de forma agressiva e violenta.

Por mais que o discurso da aceitação da diversidade seja propagado, observa-se que essa aceitação não abarca a todos os

sujeitos. A sociedade é diversa e plural, mas se baseia em verdades e saberes, discursos e práticas padronizadas, baseadas na ideia de que o padrão seja o heteronormativo e fora dele o comportamento é ofensivo (Costa, 2018).

De acordo com Santos (2016), outro fator que impacta o acesso e permanência dos homossexuais na escola diz respeito às questões religiosas. A variação da identidade de gênero para fora da heteronormatividade é vista como algo pecaminoso. Nesse sentido, intolerância religiosa migra para dentro da escola, fomentando as atitudes de escárnio na afirmação da homofobia. Assim, segundo mencionado por Santos (2016, p. 24):

A comunidade LGBT é considerada desviante, doente mental, com problemas físicos e psicológicos ou possuídos por “demônios”. A religião nega a existência de outras formas de manifestação da sexualidade, desconhece as experiências históricas de vivências da homossexualidade antes e depois da era cristã, refletindo essa orientação doutrinária nas escolas. Outro fator impactante trata-se dos educadores, em sua grande maioria relata a falta de preparo para enfrentamento da questão de gênero, identidade e sexualidade na escola.

Em uma pesquisa realizada pela Unesco, em 2002, tendo em vista a

análise do perfil de professores e seus discursos em relação à diversidade sexual, os dados demonstraram que os docentes ainda são muito conservadores sob várias vertentes e isso ocorre, principalmente, porque seus conceitos e valores pessoais interferem no trabalho com a diversidade. Vinte anos depois da pesquisa realizada pela Unesco, observa-se que a realidade pouco foi modificada, pois os docentes reconhecem que a escola é um espaço heterogêneo, mas não sabem lidar com todas as demandas e em algumas circunstâncias, não conseguem agir de uma outra forma, principalmente quando observam que alguém está sendo tratado de com preconceito (Louro, 2018).

Os estudos evidenciam que a homofobia foi sendo institucionalizada, a partir do discurso reproduzido de forma incansável, baseado na heteronormatividade e difícil de ser superado. Destaca-se a falta de políticas educacionais capazes de promover uma reforma curricular que inclua as questões de gênero, identidade e sexualidade e não ocorra como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em 2017, na qual as questões de gênero simplesmente foram extraídas, para

não ofender a família heteronormativa (Costa, 2018).

Conforme mencionado por Louro (2018, p. 85-86):

[...] se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimento, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecermos que essas identidades estão sendo produzidas através de relação de desigualdade; se admitirmos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com a participação ou omissão; se acreditarmos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida, e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontraremos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para interferir na continuidade dessas desigualdades (Louro, 1997, p. 85-86).

Dentre os efeitos da homofobia, podem se citados o desinteresse pelo ambiente escolar, pelas atividades desenvolvidas em sala de aula, refletido também nas dificuldades de permanência no ambiente escolar, o que aumenta os casos de evasão, abandono ou reprovação. Nesse contexto, a psicologia se mostra um dos meios de auxílio aos homossexuais, para que consigam

superar os problemas decorrentes da homofobia.

O papel da Psicologia no combate à homofobia

O preconceito precisa ser avaliado sob diferentes perspectivas, de modo que se tenha uma compreensão global do problema. Para isso, Costa e Nardi (2015) reforçam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, na qual as contribuições da psicologia possam ser inseridas.

No combate aos efeitos da homofobia, o psicólogo pode atuar sob diversos aspectos e em diferentes contextos. Uma de suas funções seria a construção de uma análise crítica acerca dos discursos homofóbicos evidenciados no ambiente escolar, visando como a sociedade reproduz as atitudes consideradas homofóbicas (Soares; Massaro; Campanini, 2010).

Segundo Lima (2015) o psicólogo pode contribuir com o trabalho de conscientização sobre a homofobia na escola, com a finalidade de esclarecer o que sejam os estereótipos e desconstruir os discursos homofóbicos. Como ao longo do tempo, os homossexuais passaram pela ideia da patologia e depois, da perversão, o imaginário popular fez

com diversas formas de tratamento fossem consignadas a eles. Basta lembrar que até pouco tempo, eram comuns intervenções físicas em busca de uma “cura gay” e que esse processo se fixou na imaginação das pessoas. Assim, cabe ao profissional demonstrar que não existem remédios para a homossexualidade porque ela não é doença, assim como não é necessário que o homossexual “experimente” a heterossexualidade para saber qual identidade sexual deseja seguir (Toledo; Pinafi, 2012).

Guilhon (2013) reforça que a psicologia não pode se desvencilhar das questões sociais e em relação à homofobia, as intervenções devem ser pensadas de modo a incutir o respeito pela diversidade sexual, as quais ressaltem que é possível a existência de outras práticas diferentes da heteronormatividade. Quanto às vítimas da homofobia, o psicólogo pode trabalhar a autoestima e autorrespeito pelas opções sexuais e as identidades de gênero, de forma a empoderar e amenizar o sofrimento daqueles que sofrem com o preconceito. Assim, concorda-se com Gomes (2020, p. 27), ao afirmar que:

O combate à homofobia e qualquer uma das suas manifestações, inclusive, por meio do uso da violência nas suas mais diferentes modalidades (física,

psicológica, sexual e negligência) será possível por meio da educação, tanto aquela que se recebe no ambiente familiar, quanto na escola, pois o âmbito escolar não é apenas um local de aprendizagem, mas também de socialização.

O psicólogo pode atuar como pesquisador, para que dimensione o impacto da homofobia no contexto socioeducativo dos sujeitos. A partir daí é possível construir um referencial capaz de oferecer condições para o planejamento de estratégias de intervenção e atendimento às situações em que homofobia foi comprovada (Souza; Pereira, 2013).

Souza e Pereira (2013) discorreram que os homossexuais são vítimas de preconceitos que foram se cristalizando com o passar do tempo. Devido a questões sociopolíticas e religiosas, são tratados com desprezo e isso os impacta significativamente, causando além das marcas físicas da violência sofrida, o sofrimento psíquico. No atendimento às vítimas de homofobia o psicólogo pode intervir de modo a melhorar a qualidade de vida delas. A psicologia também poderá contribuir no trabalho com a autoaceitação, ampliando esse espaço para os demais, aqueles que não compartilham a homossexualidade.

Lima (2015) ressalta a importância das técnicas e que a Teoria

Cognitivo-Comportamental (TCC) pode ser utilizada para abordar as emoções negativas que as vítimas da homofobia carregam consigo. Isso servirá para a quebra das crenças, bem como dos pensamentos disfuncionais autodestrutivos.

Os homossexuais, vítimas de homofobia, podem buscar os centros de referência em atendimento psicológico, para que por meio dos grupos de vivências, as experiências sejam compartilhadas. Isso assegura o fortalecimento dos vínculos, trazendo significativas melhoras na autoimagem e autoestima, o que efetivamente colabora com a qualidade de vida (Guilhon, 2013).

O trabalho do psicólogo poderá fazer com que os sujeitos reflitam de forma positiva sobre sua sexualidade e as relações afetivas. Não se trata de desviar as questões relacionadas à homofobia, mas para criar uma força positiva relacionada à orientação sexual. Ao olharem para os momentos em que foram agredidos, seja por palavras ou atos, os sujeitos poderão criar mecanismos de enfrentamento e saber que não são doentes ou possuem alguma perversão por sentirem atração por pessoas do mesmo sexo faz com que possam enfrentar a homofobia (Gomes, 2020).

Segundo mencionado por Gomes (2020), em 1999, por meio da Resolução nº 001/99, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), dispôs de algumas normas para a atuação dos psicólogos no que se refere à orientação sexual.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. A partir desta data o psicólogo que infringir a resolução pode sofrer sanções, inclusive a perda do registro profissional caso tente “curar” um homossexual (BRASIL, 1999, s.p.).

Mott (2017) explica que algumas intervenções podem ser constituídas para que a homofobia deixe de fazer parte da realidade brasileira. Dentre essas medidas, são citadas a educação sexual e de gênero, para que a sociedade aprenda sobre os direitos humanos e cidadania LGBT. Além disso, é essencial que as leis afirmativas aprovadas sejam, de fato, colocadas em prática, para que crimes

contra a população LGBT sejam investigados e punidos conforme a legislação dispõe. Não obstante, compreende-se que a ética profissional deve mediar toda a intervenção, seja ela no contexto escolar ou no atendimento psicológico.

METODOLOGIA

O estudo sobre os reflexos da homofobia no contexto educacional foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Os dados foram coletados em sites como o Google Acadêmico, Lilacs, PubMed e Scielo, além de livros de referência à temática.

Os textos selecionados para o estudo foram publicados em forma de artigos, dissertações, teses e trabalhos monográficos, o quais foram analisados tendo em vista o desenvolvimento do tema nesses estudos. Para selecionar as pesquisas, foram utilizadas palavras-chave, tais como “homofobia”, “escola”, “homossexualidade”, “reflexos”, “evasão”, “abandono”, “psicológico”.

Ressalta-se que o estudo se justifica por tratar de um tema que não perde sua importância, pois a homofobia é reflexo de uma sociedade sexista, a qual não admite outros padrões senão aqueles socialmente

impostos, nesse caso, o da heteronormatividade.

Além disso, considera-se que a pesquisa seja importante pela reflexão significativa sobre os impactos da homofobia no contexto educativo, o qual, ainda que teoricamente, seja de inclusão, ainda seleciona que será incluído, deixando de lado os grupos LGBT, por não corresponderem ao discurso da normatividade. Entende-se que a pesquisa é importante para a atuação do psicólogo, pois esse profissional tem papel importante no trabalho educativo, bem como no atendimento e acolhimento das vítimas de homofobia no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização da pesquisa sobre a homofobia no contexto escolar, observou-se que a escola é lócus de reprodução dos discursos excludentes, os quais desconhecem que a diversidade sexual faça parte das instituições educativas. Por meio do estudo, foi possível compreender que temas relevantes, consignados à diversidade e pluralidade sexual tem sido deixados de lado, pois representam uma determinada “ofensa” aos padrões da normatividade.

Ao longo da história, os homossexuais são tratados com

preconceito e discriminação, isso devido a ideia de que a homossexualidade era, primeiramente, pecado e depois, doença para a qual deveria se buscar uma cura. A homofobia é o reflexo da sociedade que se comporta baseada em normas que foram cultural e religiosamente impostas, as quais se basearam na premissa de que somente as relações heterossexuais poderiam existir.

Observou-se também que a escola reproduz ou permite a reprodução do discurso homofóbico, além de fechar os olhos para as situações, ainda que sutis, de preconceito e discriminação. Por meio dos apelidos, das brincadeiras de mau gosto e até mesmo agressões verbais e físicas, os homossexuais sofrem com a homofobia e isso é relativizado na escola. Como resultado, o número de jovens que abandonam seus estudos, deixam de ir à escola por se sentirem acuados ou desmotivados aumenta ainda mais a problemática.

Diante dos autores pesquisados, foi possível observar a importância da intervenção e da atuação do psicólogo em auxiliar as vítimas de homofobia. Ao trabalhar com a autoestima e o empoderamento delas, o profissional auxilia na construção de uma identidade sexual fortalecida diante das

ofensas. Assim, o sujeito LGBT pode se reconhecer como vítima da homofobia, deixando de lado a ideia de ser doente ou pecador, para viver seu direito de estar no mesmo lugar que os outros, aprender, se instruir e se educar conforme é garantido pelas legislações.

REFERÊNCIAS

ABGLT. **Ambiente educacional com adolescentes e jovens LGBT no Brasil**. 2016.

ABGLT. **Homofobia no ambiente escolar**: o que dizem os estudantes LGBT. 2016.

ARANTES, B.G.D. **Homofobia na escola**. São Paulo: Educar, 2020.

BORILO, D. **Homofobia**: História e Crítica de um Preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Não paginado. Disponível em https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao_cndc_lgbt_n12_2015__parecer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2022.

CARVALHO, S.G.D. **Estudos sobre o homoerotismo**. São Paulo: Contexto, 2017.

COSTA, Â. B. ; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 715-726, set. 2015.

COSTA, J.F. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

CURY, C. R. J. Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença. **Cad. Pesqui.** no.116. São Paulo, Julho 2002.

FARO, J. P. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 124-129, abr. 2015.

GOMES, M.B. S. **Construção do comportamento homofóbico**: bases psicológicas. Monografia do curso de Bacharelado em Psicologia. Centro Universitário Atenas, Paracatu, 2020.

GUILHON, F. **A prática da Psicologia na perspectiva dos Direitos Humanos. Fazendo gênero dez**: desafios atuais dos feminismos. Secretaria estadual de assistência social e direitos humanos, RJ, 2013.

LIMA, B. S. Formas de enfrentamento diante do preconceito e discriminação vivenciados por pessoas homoafetivas. **Psicologia.pt** - O portal dos psicólogos.2015.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e Homofobia. Reflexões Sobre Padrões definidores de normalidade. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual na Educação: Problematização Sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2014. LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2018.

- MAIA, A. C. B. Sexualidade, Deficiência e Gênero: Reflexões Sobre Padrões definidores de normalidade. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual na Educação: Problematização Sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2019.
- MIGUEL, S. S. M. S.; DALPIZZOL, G. D.; DEMARCO, T. T. Homossexualidade, Homoafetividade e Bissexualidade. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, v. 2, p. e13129, 2017.
- MOREIRA, F. C.; MADRID, D. M. A Homossexualidade e a sua história. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, v. 4, n. 4, 2008.
- MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas: UNICAMP, 2019.
- MOTT, L. **Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2017.
- OLIVEIRA, L.R.S. **Homofobia**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- PIRES, F.M. MIDÕES, A.C.D. Evasão escolar e diversidade de gênero: um estudo de suas relações no âmbito escolar. **Ciência em Evidência, Revista Multidisciplinar**, v.3, 2022.
- SANTOS, M.B.A. **Impactos da homofobia no acesso e permanência na escola**. Monografia de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Verus, 2016.
- SEFFNER, F. Equívocos e Armadilhas na Articulação Entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual na Educação: Problematização Sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2019.
- SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SOARES, A. F. B. ; MASSARO, C. M.; COMPANINI, K.S.M. O papel do Psicólogo junto ao movimento LGBTTT. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISSN, v. 2177, p. 8248, 2010.
- SOUZA, E. M.; PEREIRA, S. J. N. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo , v. 14, n. 4, p. 76-105, Aug. 2013 .
- TOLEDO, L. G.; PINAFI, T. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicologia clínica**, v. 24, n. 1, p. 137-163, 2012.